



INSS protocola ações contra agressores de mulheres

Foto: Nicolás Gomes



O presidente do INSS, os ministros da Previdência Social e da Secretaria de Políticas para as Mulheres, a fundadora do Instituto Maria da Penha, a vice-presidente do Instituto Maria da Penha e o procurador do INSS celebram acordo.

A cada cinco minutos uma mulher é espancada no Brasil. De todas as denúncias de violência contra mulheres recebidas pelo telefone 180 – da Central de Atendimento à Mulher – 70% tem o companheiro da vítima ou alguém da sua família identificado como agressor. O ajuizamento, pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), de ações na Justiça para exigir a devolução do dinheiro pago com benefícios gerados em função de atos de violência doméstica contra as mulheres pode ser um primeiro passo para inibir as agressões contra as mulheres.

No último dia 7 de agosto, os ministros Garibaldi Alves Filho (Previdência Social) e Eleonora Menicucci (Políticas para as Mulheres); o presidente do INSS, Mauro Hauschild; e a fundadora do Instituto Maria da Penha, a farmacêutica Maria da Penha Maia Fernandes, foram até o Tribunal Regional Federal da 1ª Região, em Brasília (DF), acompanhar ao ajuizamento de duas ações pelo INSS.

Estes dois primeiros casos ajuizados se referem a crimes ocorridos em Brasília. O primeiro foi um homicídio praticado contra a ex-

-companheira do réu, que gerou um benefício de pensão por morte para o filho da vítima. O outro foi uma tentativa de homicídio que gerou a concessão de auxílio-doença para a vítima. A Justiça já condenou o agressor, o ex-marido, pela tentativa de homicídio qualificado. Mais um caso ocorrido no Espírito Santo deverá ser ajuizado até o final de agosto. No último dia 10 foi ajuizada a terceira ação regressiva do país, no Rio Grande do Sul.

Segundo o ministro Garibaldi Alves Filho, a decisão de cobrar na Justiça o ressarcimento dos gastos com o pagamento de benefícios oriundos de agressões cometidas contra mulheres tem também um caráter educativo. Ele opinou que o candidato a agressor pensará duas vezes antes de praticar a violência contra a mulher, na medida em que ele tomar conhecimento de que aquela sua atitude não ficará impune.

Já o presidente Mauro Hauschild observou que apesar de ter um caráter limitado e atingir a um espectro pequeno de pessoas, a decisão do INSS de ajuizar ações contra agressores de mulheres tem como principais virtudes o fato de

ser uma medida concreta e também o de exigir que o agressor repare o prejuízo financeiro que cometeu. Ele informou que a situação no Brasil hoje é preocupante. No Espírito Santo, por exemplo, a cada grupo de 100 mil mulheres 9,6 são assassinadas. Em Alagoas, são 8,3 mulheres vítimas de homicídio a cada 100 mil.

Maria da Penha comemorou o fato de a cada dia mais pessoas e instituições se preocuparem com a violência praticada contra as mu-

lheres. "Nós queremos uma sociedade sem violência doméstica para nossos descendentes", declarou a ativista. Ela destacou que é fundamental investir em educação e levar a questão do machismo e da violência para as escolas. "Para que as crianças aprendam a respeitar a mulher da mesma forma que sabem hoje que não devem ultrapassar um semáforo vermelho ou deixar de usar a cadeirinha ao andar de carro", argumentou.

Cartilha do INSS ajuda no enfrentamento à violência contra a mulher

"Minha grande ambição é ver os homens que praticaram agressão contra mulheres serem punidos". A declaração foi feita pelo ministro da Previdência Social, Garibaldi Alves Filho, durante o evento "O INSS no enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher",

realizado na noite da quarta-feira (8), no auditório do Colégio Marista, em Brasília. Na ocasião foi lançada a cartilha "Quanto custa o machismo" e apresentada a peça "Bye bye Baby e outras mulheres".

A cartilha - elaborada pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) em parceria com o Instituto Maria da Penha e a Secretaria de Po-



lítica para as Mulheres - reúne, entre outros assuntos, informações sobre a Lei nº 11.340/06, enumera benefícios e serviços do INSS que podem ser requeridos em caso de violência doméstica praticada contra a mulher e esclarece mitos e fatos sobre o tema. A publicação

também divulga que as vítimas de agressão devem acessar a Central de Atendimento à Mulher, através do telefone 180.

A peça "Bye bye Baby e outras mulheres", dirigida por Lívia Fernandez, retratou a história da relação conflituosa do casal Baby e Arlindo. Ela tenta manter o casamento mesmo sofrendo ameaças e ofensas do marido.

Parcerias ampliam o campo de ação

O INSS está firmando parcerias com os ministérios públicos estaduais, as delegacias especializadas em atendimento à mulher, a Secretaria de Políticas para as Mulheres e a Secretaria de Direitos Humanos, além de Organizações Não-Governamentais (ONGs), para que sejam enviados casos de vítimas de violência contra a mulher que tenham gerado pagamento de benefícios pelo INSS.

"Isso mostra que o Estado não está mais inerte em relação às questões importantes a

que a sociedade está exposta", alerta Mauro Hauschild, presidente do INSS. Segundo ele, a medida não é apenas para ressarcir os cofres da Previdência Social e sim para ajudar na prevenção e também na repressão da violência contra a mulher.

Já estão sendo analisados vários casos que se encaixam no perfil das ações que visam a receber de volta o que o INSS pagou em benefícios às vítimas da violência doméstica.